

A RELEVÂNCIA DISCURSIVA DA IDENTIFICAÇÃO DO LEITOR EM *NEWSWEEK*

Mauricio Moreira Cardoso (UECE)
mmcardoso@gmail.com

RESUMO

O presente artigo é uma análise da relevância discursiva da identificação do leitor na revista *Newsweek*. A fim de levar a termo nossa análise, buscamos suporte teórico nos seguintes autores: Lozano *et al.* (2002), Maingueneau (2001), Orlandi (2003) e Fairclough (2003). Analisamos quantitativa e qualitativamente 122 cartas endereçadas à revista no período entre julho e dezembro de 2002. Observamos que a identificação do leitor guarda estreita relação com as estratégias discursivo-argumentativas encontradas do corpo da carta, visando, no mais das vezes, equilibrar as relações de poder desiguais entre leitor-missivista e editor.

Palavras-chave: Identificação. Relações de poder. Leitor-missivista.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte de uma pesquisa (CARDOSO, 2005) que analisa o *corpus* composto por 122 cartas colhidas no período compreendido entre julho e dezembro de 2002. Neste caso, interessa-nos entender a importância discursiva da identificação do leitor-missivista para a revista, pois esta usa publicar somente o nome e a origem geográfica do emissor da carta. No *corpus* mencionado, encontramos 19 (15,6%) cartas em que o leitor procura dar alguma forma de identificação, que pode compreender: seu nível de escolaridade, a função que exerce em seu trabalho, sua vivência dentro do tema abordado na carta, sua relação com a revista *Newsweek*, entre outros. No *cômputo* geral, no universo das 19 cartas em que houve identificação, os leitores estrangeiros foram os que mais se identificaram, (11 cartas ou 57,9%), seguidos pelos leitores nativos, 8 cartas (42,1%). Mas, quando se estabelece a divisão: leitor estrangeiro do Primeiro Mundo, leitor estrangeiro do Terceiro Mundo, leitor nativo, estes ficam, respectivamente, com os seguintes percentuais, no que se refere à autoidentificação: 36,8%; 21,1% e 42,1%. Se comparados com os estrangeiros do Primeiro Mundo e estrangeiros do Terceiro Mundo, os leitores nativos são os que mais se identificam, de acordo com os critérios de identificação, apontados na tabela seguinte.

	tipo de leitor				Total	
	estrangeiro de 1º Mundo	estrangeiro de 3º Mundo	americano	via-internet		
identidade ausente do leitor	Nº	40	35	22	6	103
	%	38,8%	34,0%	21,4%	5,8%	100,0%
presente	Nº	7	4	8		19
	%	36,8%	21,1%	42,1%		100,0%
Total	Nº	47	39	30	6	122
	%	38,5%	32,0%	24,6%	4,9%	100,0%

Tabela 1: relação entre tipo de leitor e identidade do leitor

1. *Pressupostos teóricos*

1.1. O sujeito discursivo

Para Lozano *et al.* (2002, p. 99), “abordar o discurso como objeto supõe postular um sujeito produtor e uma relação dialógica locutor-interlocutor (autor-leitor etc.)”. Segundo ele, linguisticamente, não se pode considerar a transformação de língua em discurso sem antes passar pela noção de sujeito, sendo este, portanto, um pressuposto da teoria linguística. Contudo, observa o autor, do ponto de vista da prática dos sujeitos falantes, a língua não se configura como um sistema unitário, tampouco o sujeito falante é uma entidade – indivíduo – dada *a priori* de sua prática discursiva. Segundo a concepção de Greimas & Courtés (1979), é através do discurso que o sujeito constrói o mundo como objeto e se constrói a si mesmo. Há, portanto, conforme Lozano *et al.* (2002, p. 100), uma duplicidade na noção de sujeito, pois este é considerado tanto produtor como produto do discurso no instante em que sua existência se apresenta, seja como realidade empírica – o autor do texto, o emissor do discurso situado histórica e biograficamente –, seja como uma construção teórica dentro do quadro da linguística, conforme os pressupostos epistemológicos dos quais parta.

Lozano *et al.* defendem a necessidade de privilegiar o estudo das representações que os textos fornecem de seus sujeitos, bem como da relação do sujeito com o enunciado que produz, e do sujeito com seu interlocutor. Em se tratando de texto escrito, como é o caso de cartas ao editor, chamaremos o interlocutor de leitor. Falaremos brevemente sobre este nos próximos parágrafos.

Existem diversas possibilidades de avaliar a intervenção do leitor em um texto. Uma delas é de caráter pragmático, com viés cognitivista. O perfil do leitor é guiado por conceitos em voga como *scripts*, *frames*, planos e esquemas, tal como faz Cavalcanti (1989), que lança mão de pesquisas qualitativas e procedimentos analíticos para avaliar o ponto de vista do leitor. Não iremos, todavia, seguir a proposta da autora, porque, por coerência, julgamos melhor abraçar o ponto de vista de Maingueneau (2001), embora este autor tenha pontos de intersecção com a autora retrocitada, com os conceitos de conhecimento prévio e itens lexicais chave. Mas há também divergências que não convém discutir aqui.

Maingueneau toma como base as leis do discurso. Entre elas, o princípio de cooperação. Segundo tal princípio, “o destinatário” deve supor que o produtor do enunciado respeita certas “regras do jogo” (2001, p. 31). Aí entra em cena um saber a que todos têm acesso de tal modo que um interlocutor espera que o outro acate as regras, que não são obrigatórias e inconscientes. Além do princípio de cooperação, há também os subentendidos. Através deles o leitor pode inferir uma proposição implícita, chamada implicatura. É célebre o exemplo de Grice (1975), em que, tendo sido solicitado um professor de filosofia para uma determinada cátedra, o redator da carta indicatória elogia a proficiência do indicado em língua inglesa, o que leva a crer que o tangenciamento da solicitação se deve ao fato de, por gentileza, o indicador ter se furtado a falar das qualidades nada louváveis do indicado. Isto se dá porque os interlocutores não dão a fala por gratuita, atribuindo, ante uma suposta anomalia, certa razão oculta que não se manifesta na superfície do texto, no chamado significado literal.

A partir dos dois princípios acima, Maingueneau se refere a duas leis: da pertinência e da sinceridade, que são as principais. A primeira estabelece que uma enunciação deve ser adequada maximamente ao contexto em que acontece; a segunda estabelece que o locutor, ao proferir um ato de fala deve estar em condições de garantir a verdade do que diz.

Existem outras leis à parte: da informatividade, da exaustividade e da modalidade. A primeira estabelece que os enunciados devem prover informações novas ao destinatário; a segunda especifica que o locutor deve fornecer informação máxima considerando-se a situação; a terceira, por fim, determina que se seja claro na pronúncia, na escolha das palavras, na complexidade das frases, de maneira a preservar a economia da linguagem. Obviamente, como bem assevera Maingueneau (2001, p. 37)

“essas normas são evidentemente relativas aos gêneros de discurso, pois não pode existir uma norma universal de clareza”. Aliás, essas leis que se aplicam a toda atividade verbal devem se adequar aos gêneros do discurso em sua especificidade. Assim, pode-se insultar o público numa peça de teatro, mas não em uma conferência. O domínio destas leis, bem como dos gêneros discursivos (a competência genérica) são instâncias da competência comunicativa. Naturalmente não se pode dispensar a competência linguística, nem tampouco o conhecimento sobre o mundo, que constitui uma competência enciclopédica.

A competência enciclopédica constitui um conjunto potencialmente ilimitado de conhecimentos, variável conforme a sociedade em que se vive e a experiência de cada um. Cresce ao longo da vida, como um estoque. Nesta competência enciclopédica, não há apenas os saberes, mas também o saber fazer, “a aptidão para encadear ações de forma adequada a alcançar certo objetivo” (2001, p. 42). No que concerne à competência genérica, damos a palavra a Maingueneau, que a resume no parágrafo abaixo:

A competência genérica varia de acordo com os tipos de indivíduos envolvidos. A maior parte dos membros de uma sociedade é capaz de produzir enunciados no âmbito de certo número de gêneros de discurso: trocar algumas palavras com um desconhecido na rua, numa bilheteria etc. Mas nem todo mundo sabe redigir uma dissertação filosófica, uma defesa a ser apresentada junto a uma jurisdição administrativa ou uma moção num congresso sindical. Pode-se ver aí uma manifestação particularmente clara da desigualdade social: numerosos locutores são desprezados porque não sabem se comunicar com facilidade em certos gêneros de discurso socialmente valorizados (MAINGUENEAU, 2001, p. 44).

Devido ao fato de a fala ser basicamente cooperativa, o autor de um texto se vê compelido a fazer previsão do tipo de competência de que dispõe seu destinatário para decifrá-lo. “Quando se trata de um texto impresso para um grande número de leitores, o destinatário, antes de ser um público empírico (...) é apenas uma espécie de imagem à qual o sujeito que escreve deve atribuir algumas aptidões” (2001, p. 47). O autor deve prever em que medida se justapõem competência linguística e competência genérica.

Quanto ao termo leitor, faremos algumas distinções a fim de evitarmos ambiguidades e confusões. No caso específico do *corpus*, cartas ao editor da revista *Newsweek*, que nos propomos a estudar, deve-se considerar a existência de um leitor/autor das cartas, que chamaremos de leitor-missivista. Mas também consideraremos a existência do leitor das

cartas. Este deve, inicial e objetivamente, ser identificado como o editor da revista. Contudo, conforme mencionado, as cartas a que nos referimos são tornadas públicas aos assinantes, ou a eventuais leitores. Neste caso, devemos considerar a existência de um leitor inscrito em determinada faixa de competência genérica para quem a carta escrita também é destinada. Assim, excluindo-se o editor da revista e o leitor-missivista, referimo-nos ao leitor da revista, em geral. Consequentemente, há uma relação que se estabelece da seguinte forma: o redator de uma carta escreve: a) para alguém objetivamente identificável (o editor da publicação e o autor que assina o artigo ou reportagem); e b) para um destinatário sobre quem ele pode apenas afirmar ser possuidor da competência genérica necessária para ler a carta e do texto a que remete ou alude a carta. Assim, identificar objetivamente locutor e alocutário, no que se refere ao gênero cartas ao editor, significa dizer que aquele é o leitor-missivista, e este é, consequentemente, o editor da revista ou o articulista. Neste sentido, um componente do referido *corpus* que consideramos relevante isolar como objeto de nosso estudo é a identificação do leitor-missivista, dada por ele mesmo, no que diz respeito não somente ao seu grau de escolaridade, mas também a outras formas de identificação que o leitor-missivista considere relevantes, pois, dada a natureza dialógico-argumentativa das cartas ao editor, a referida identificação remete diretamente ao problema da autoridade de quem escreve.

Fairclough (2003) observa que as relações interpessoais e entre grupos sociais são estabelecidas frequentemente em torno de uma tensão que aponta para a desigualdade entre aqueles que detêm e os que não detêm poder. Cabe assinalar que o poder a que se refere o citado autor não pode ser quantificado, variando conforme a natureza e as circunstâncias envolvidas nos contatos, sejam interpessoais ou entre grupos. Dessa forma, o contexto social determina como os textos são produzidos e interpretados. O discurso é, portanto, fruto da inter-relação entre texto, prática discursiva e prática social.

Considerando a natureza tripartida do discurso, mencionada acima, queremos estudar qual a relevância discursiva da identificação do leitor-missivista, dada por ele mesmo, uma vez que a própria revista *Newsweek* não pede para que os leitores-missivistas se identifiquem, a não ser quanto a seus nomes e endereços. A questão da identificação re-

mete-nos ao que Orlandi (2003, p. 38) aborda como relações de força⁹. “Segundo essa noção, podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam diferente do que se falasse do lugar de aluno.” A autora retrocitada observa que a sociedade em que vivemos é constituída por relações hierarquizadas, relações de força que se sustentam no poder dos diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação”. Desse ponto de vista, a fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno.

A autora evidencia que os mecanismos de funcionamento do discurso repousam no que chama de formações imaginárias. Não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos passivos de uma descrição sociológica, que funcionam no discurso, “mas suas imagens que resultam de projeções”, sendo “as projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso” (2003, p. 40). Assim:

As condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos assim a imagem da posição sujeito do locutor (quem sou eu para lhe falar assim?), mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). (ORLANDI, 2003, p. 40)

O analista de discurso não deve desprezar a força que a imagem possui na constituição do dizer, pois o imaginário é necessariamente parte do funcionamento da linguagem e não nasce do nada. Orlandi (2003, p. 42) observa que a “imagem que temos de um professor, por exemplo, não cai do céu. Ela se constitui nesse confronto do simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições”. A imagem nos faz esperar de um sujeito em dada posição certo discurso e não outro, o que nem sempre se cumpre, pelo que se faz necessária a análise. As posições daqueles que discursam determina o sentido das palavras, razão pela qual pode-se dizer que o sentido não existe em si mas sofre determinação pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico.

⁹ O que Orlandi chama de *relações de força* é o que Fairclough chama de *relações de poder*.

A incursão no universo discursivo da formação do sujeito leva à apreciação da natureza necessariamente ideológica da linguagem. Mas não está nos objetivos do presente artigo estudar tal questão. Assim, para a análise da importância discursiva da identificação do autor das cartas, limitar-nos-emos ao suporte teórico apresentado aqui.

2. *Implicações da identificação do leitor*

Ao se tomar separadamente, para análise, qualquer elemento discursivo, não se pode perder de vista que tal elemento se inter-relaciona com outros elementos da esfera enunciativa em que está inserido. Em outras palavras, estudar isoladamente o papel da identificação do leitor leva a certa artificialidade, que procuraremos compensar no final com uma apreciação totalizante dos aspectos considerados. Assim, é essencial observar como a identificação do leitor se articula com outros elementos, como, por exemplo, a intertextualidade, os aspectos sócio-discursivos relacionados ao gênero e o universo temático.

Na convocação para a seção cartas ao editor, a revista *Newsweek* informa que os leitores podem escrever, informando seus nomes e endereços, sendo que as correspondências podem até ser enviadas através de e-mail. A revista informa também que as cartas podem ser editadas por razões de espaço e clareza.

A carta de número 07 é a primeira, no *corpus* adotado, em que o leitor se identifica. Vejamos a referida missiva na íntegra:

(07) LET US NOT FORGET THAT, NO MATTER, what the provocation, war never solves anything. We are all members of the human race, living on planet Earth, which is no more than a very tiny rock in our endless universe. In the final analysis, India and Pakistan are no more than mere body parts of our dear planet, and the body cannot survive if its parts start destroying each other. No country can achieve long-lasting happiness for its people by going to war with another country. As an Indian, I pray that my people and the people of Pakistan see through the destructive tactics of their respective governments and realize that happiness and progress – both economic and social – is to be found only in peace, not in war. (JAJESH GAJRA, MUMBAI, INDIA)

Nessa carta, o leitor expressa sua posição contrária a uma guerra entre os dois países, Índia e Paquistão, mostrando as desvantagens que resultam dessa forma de conflito. Ora, sendo indiano, o autor da missiva observa a condução do mencionado conflito do ponto de vista de alguém que sofrerá diretamente as consequências da guerra entre as partes envol-

vidas. Sua identificação se circunscreve ao fato de ser indiano, e, como indiano, diz que vai orar para que os dois lados percebam essas consequências indesejáveis às quais se refere. Sua argumentação começa por dizer que a guerra nunca resolve nada, para em seguida mostrar que somos todos membros da raça humana, habitantes do planeta Terra, o qual já é uma ínfima parte do Universo infinito. Índia e Paquistão são, portanto, duas pequenas partes desse pequeno planeta, que é a Terra.

Pode-se perceber que a argumentação aqui desenvolvida se organiza em torno da relação da parte para a “totalidade”. A Terra é parte do universo, Índia e Paquistão são partes da Terra, e o autor da missiva é apenas parte da Índia. Orando, deverá se dirigir ao ser “responsável” pela manutenção da unidade entre os seres e as coisas.

Outro aspecto implícito na argumentação está no fato de que o leitor, ao orar, revela que a percepção do que diz é resultado de uma compreensão do caráter espiritual da inter-relação entre os seres e as coisas. Ou seja, para se perceber a unidade de tudo que existe, faz-se necessário adentrar na esfera que torna essa percepção possível, a esfera espiritual. Para tanto, uma providência a tomar, além da iniciativa de escrever a carta, é orar, adentrando, assim, nessa esfera. Tentemos entender como o sujeito desse discurso se constrói ao longo do texto.

Como procuramos explicar acima, o leitor estabelece uma linha de argumentação que tenta mostrar, de um ponto de vista “holístico”, porque a guerra não é recomendável, identificando-se no final da missiva como um indiano que, portanto, é parte da Índia. Em vez de continuar mostrando, *ad infinitum*, esse tipo de relação, o leitor diz que deverá orar, restabelecendo, dessa maneira, o círculo da totalidade inicialmente quebrado pela análise da mencionada relação. Ou seja, o leitor entrará no contato com Deus, representante da totalidade, o que fecha o círculo no ponto, aparentemente, mais frágil da cadeia, que a relação do homem com Deus. O sujeito aqui, queremos crer, posiciona-se no sentido de provar os termos de sua linha de argumentação, identificando-se, assim, como parte da cadeia da vida, a qual atinge, em um dos extremos, o poder espiritual. Vejamos, agora, a identificação da próxima carta.

A missiva de número 9 traz uma dupla identificação por parte do leitor-missivista. Este leitor dirige-se diretamente à revista *Newsweek* para pedir que, quando o tema for o conflito Índia-Paquistão, esse órgão de comunicação não se refira à Índia como um país dominado pelo induísmo, devendo denominá-la um Estado secular. Acrescenta que a Índia

possui mais mulçumanos do que o Paquistão. Apresentamos a transcrição dessa carta:

(09) WHEN REPORTING OR WRITING ABOUT India-Pakistan conflict, please do not call India a "Indu-dominated state", NEWSWEEK. Rather refer to India as a secular state. India has more muslims than thus Pakistan; and Kashmir is not our country's only Muslin-majority area. Other muslims majority area includes the town of Malerkotla in my state (Uttar Pradesh) and several districts in South India. For your information, I am a Hindu who is also a graduated of Aligarh Muslim University. (SUSHIL JAIN, WINDSOR, ONTARIO)

O autor da carta, após feitas as observações que julga necessárias, identifica-se como sendo uma pessoa de orientação indu que se graduou em uma universidade mulçumana. Por sua identificação, o autor da carta sugere que as duas religiões não caminham separadamente, mas, ao contrário, possuem histórico de tolerância mútua, o que é reforçado pela ideia de que a Índia possui mais mulçumanos do que o próprio Paquistão. É possível ler nas entrelinhas dessa carta que esse leitor acusa a revista de propalar a falsa informação de que a Índia pratica a intolerância religiosa, já que, se a Índia se configura como um Estado dominado pelo induísmo, significa dizer que não há separação entre religião e Estado.

A dupla identificação que o leitor apresenta mostra-se intimamente ligada a um propósito único – apontar para a tolerância religiosa vigente em seu país, ao contrário do que foi propalado pela revista, insuflando o desentendimento entre as duas nações.

O uso do termo *please* (por favor) assume uma força discursiva que merece consideração, podendo sugerir que a revista descumpriu a lei da sinceridade. Assim, o referido termo assume um teor acusativo que, no mínimo, remete a uma negligência por parte da revista em não procurar a informação correta para os seus leitores.

No que se refere à autoidentificação, o leitor também fornece, embora, num plano menos visível, a informação de que possui nível superior, o que lhe confere uma autoridade ainda maior, a autoridade de quem tem a capacidade de interpretar melhor: a) o que pode estar nas entrelinhas das afirmações da revista; b) os efeitos de sentido que ela deseja causar em seus leitores.

Na carta de número 26, o leitor-missivista se identifica revelando a posição social/profissional que ocupa na organização para a qual trabalha. Vejamos como isso ocorre:

(26) space adventures ltd. deserves more credit than it received in your article "Reaching the Final Frontier. Your readers should know that Space Adventures was responsible for the successful bids of both space tourists Mark Shuttleworth and Dennis Tito on their flights to the International Space Station. (ERIC ANDERSON, President and CEO. Space Adventures Ltd. ARLINGTON, VIRGINIA)

Trata-se de uma carta enviada por um leitor residente em Arlington, Virginia, cujo nome é Eric Anderson. Além da identificação exigida pela revista, o leitor também informa no final da carta que é presidente e CEO (chief executive officer – diretor executivo) da Space Adventures Ltd. A carta foi enviada para reclamar da ausência de menção à empresa Space Adventures Ltd. no artigo da revista sobre turismo espacial, que alude aos dois turistas espaciais Shuttleworth e Tito, mas não faz nenhuma referência à empresa que os levou ao espaço. Este leitor-missivista mostra que sua preocupação central é levar a revista a reconhecer os créditos da empresa de turismo espacial. Mais do que simplesmente reclamar da ausência de crédito recebido pela organização, o autor põe como necessidade perante os leitores essa correção, como indica o uso da modalidade em: *Your readers should know that (...)*. Essa ausência de créditos se torna ainda mais perturbadora, considerando que a reportagem se refere a outras empresas de turismo espacial, possíveis concorrentes, tais como Russian Space Corporation e Bigelow Aerospace. Quanto a essa última, inclusive com comentários positivos, tais como “All this has encouraged dreamers like Bigelow to envision a real tourist infrastructure in space.” (*Reaching the Final Frontier*, 22/29 de julho de 2002, p. 65).

Aqui, a começar pela identificação dada pelo leitor, percebe-se uma forte identificação entre o leitor e a organização da qual sai em defesa. Pode-se dizer, o leitor é a própria empresa que se defende, pois, do ponto de vista da identificação pessoal, não se observa elementos que remetam ao leitor enquanto indivíduo comum. Aqui, o sujeito que se manifesta é o sujeito que detém a autoridade e a responsabilidade de ser o diretor-presidente de uma empresa que, “ao contrário do que se possa pensar”, possui propósitos “legítimos” e “sérios”. À primeira frase, “A Space Adventures merece mais crédito do que o que recebeu no seu artigo ‘Reaching the Final Frontier’”, segue um período, cujo teor é informativo, dizendo que leitores deveriam saber que a empresa foi responsável pela bem sucedida concorrência que levou à International Space Station, dois turistas espaciais: Mark Shuttleworth e Dennis Tito.

Pode-se inferir que a lei da exaustividade, juntamente com a lei da informatividade (MAINGUENEAU, 2001) não foi corretamente obser-

vada no artigo que suscitou a resposta em forma de missiva, necessitando que a harmonia fosse restabelecida através da carta.

Este leitor-missivista deve se fazer ouvir, não somente pelo que objetivamente foi dito, mas também pela posição que ocupa, procurando criar uma relação de poder (FAIRCLOUGH, 2003) mais ou menos equivalente com a do articulista, implicitamente alvejado na carta. O que diz tem mais valor pelo fato de ocupar determinada posição intimamente ligada aos interesses essenciais da empresa que ora representa, conforme observa Orlandi (2003). O leitor-missivista acrescenta informação, mas para isto deve ser detentor da autoridade necessária. No entanto, sua identificação, e o peso que ela “deve” ter, motiva-se, necessariamente, pelo papel sociointeracional de seu coenunciador, ou seja, sua identificação se dá em face do poder atribuído ao seu coenunciador. Assim como o enunciador se manifesta através da confluência de, pelo menos, dois sujeitos, podendo ser identificado como o indivíduo cujo nome é Eric Anderson, residente em Arlington, Virginia, e também como o presidente de uma organização que “merece os créditos”.

O coenunciador pode se decompor, a princípio, em três figuras distintas: o editor, o articulista, e o leitor – eventual ou assinante –, mencionado diretamente na carta. O articulista, ao se expressar, expressa-se levando adiante a reputação, o prestígio, da revista *Newsweek*, o que lhe outorga uma enorme força enunciativa, fazendo com o que o dito por ele carregue força de convencimento, muitas vezes com alguma independência da qualidade e/ou veracidade de seus argumentos. O editor é a figura que representa formalmente a publicação. Já o leitor é aquele de quem a opinião deve ser formada. Quer dizer, a luta discursiva travada entre os enunciados da publicação e dos leitores-missivista tem por objetivo a conquista da opinião do leitor comum.

Consideramos oportuno observar a relação do tipo de identificação desta carta em particular com o conteúdo da carta. Uma carta breve (possivelmente editada pela revista), que se limita a defender a posição da empresa cujo presidente é quem assina a missiva. Há uma harmonia que se faz notar pela relação direta entre conteúdo e forma de identificação. O leitor-missivista não fornece indícios, conforme já referido, de sua vida pessoal, a não ser o fato de que reside em certo endereço. No entanto, o sujeito que se expressa o faz por via de suas características sócio-profissionais.

3. *Considerações finais*

Observa-se que a identificação do leitor está intimamente ligada ao conteúdo da carta, notadamente às estratégias discursivas que visam equilibrar as relações de poder desiguais entre a revista e os leitores. Nos casos aqui analisados, a identificação remete para o fato de que o leitor-missivista precisa revelar suas credenciais para fazer as afirmações que faz, corrigindo, acrescentando informações, apreciando ou depreciando a forma com que o assunto foi tratado pela revista, entre outros.

A análise da origem da carta em conjunção com a identificação do leitor e a natureza da carta nos permitem observar que a maioria das cartas de natureza depreciativa (as que depreciam, reprovam o conteúdo do artigo referido) que trouxe identificação do leitor vieram de estrangeiros (4/6), enquanto que as cartas de natureza aditiva (são as que acrescentam informação ao artigo referido) que tinham identificação do leitor distribuíam-se de modo igual entre estrangeiros e nativos (3-3/6). Há, no geral, uma maior participação do leitor estrangeiro que do nativo nas cartas ao editor, embora o total de cartas de origem estrangeira, apenas 12,8% contenham identificação do leitor. Se olharmos a variável *identificação do leitor*, observamos que do total de cartas em que o leitor se identifica, 57,9% advêm de leitores estrangeiros. Esses números apontam para o caráter internacional da revista *Newsweek*. Também mostram o posicionamento do sujeito estrangeiro que sente necessidade de usar como estratégia argumentativa, para um editor de uma revista americana e leitores também estrangeiros, a sua identificação. Essa identificação marca sua posição como pertencente a determinado grupo socioprofissional.

Em poucas palavras: 1) a identificação do leitor-missivista, além daquela solicitada pela revista, articula-se com todo o conteúdo da carta. Essa identificação dá suporte ao enunciado, uma vez que ajuda a definir o lugar de onde o sujeito do discurso fala; 2) a natureza da carta está intimamente ligada às leis do discurso, procurando chamar a atenção do co-enunciador formal para a sua observância, ou reconhecendo, explícita ou implicitamente, que essas foram (ou não) observadas no texto-base; 3) a identificação do leitor ora se dá no corpo do texto, ora no final da carta. No primeiro caso, esta identificação se articula diretamente com a argumentação, enquanto que, no segundo caso, estabelece apenas uma relação de autoridade com a totalidade do enunciado; e por fim, o alto índice de cartas com identificação do leitor provindas do estrangeiro denota o alcance internacional da revista e parece indicar diferença entre os leitores,

conforme a origem, no tocante ao uso de estratégias discursivas. A noção fornecida por Lozano *et al.* (2002), de o sujeito da enunciação não se confunde com o sujeito empírico, corrobora o que dissemos acima. Ao isolar a natureza da carta, percebemos que, nas cartas de natureza depreciativa, a identificação do leitor aponta para uma tentativa de equilibrar as relações de poder, desiguais em sua origem. Quer dizer, o editor, o articulista, a publicação detêm um poder notadamente superior ao do leitor-missivista. Assim é que o sujeito da enunciação, ao identificar-se no sentido de mostrar sua autoridade como enunciador, é também parte do enunciado, pois, neste caso, devemos considerar o propósito e a natureza da carta, bem como as estratégias discursivas utilizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, M.M. *O gênero carta ao editor em Newsweek: aspectos discursivos e sociointeracionais*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará, 2005.

CAVALCANTI, M. do C. *Interação leitor-texto: aspectos de interpretação pragmática*. Campinas: Unicamp, 1989.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse*. London and New York: Routledge, 2003.

GREIMAS, A J. & COURTÉS. *Sémiotique*. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage. Paris: Hachette, 1979.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. (eds.). *Speech Acts*. New York: Academic Press, Vol. 3, 1975, p. 41-58.

LOZANO, Jorge; PEÑA-MARIN, Cristina; ABRIL, Gonzalo. *Análise do discurso: Por uma Semiótica da Interação Textual*. São Paulo: Littera Mundi, 2002.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

ORLANDI, E. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2003.